

Informe CNU

Produzido sob a
responsabilidade da
Diretoria da entidade.

www.urbanitariosbrasil.org.br | www.fnucut.org.br | E-mail: comunicacao@fnucut.org.br | f @ t v /fnucut

BRIGADAS DIGITAIS: TODOS ENGAJADOS NAS REDES SOCIAIS PARA DISSEMINAR FATOS REAIS

Objetivo é combater as fake news (mentiras) e mostrar o que trabalhadores brasileiros querem

O projeto Brigadas Digitais da CUT já está ativo e nos desafia. É um instrumento de organização dos trabalhadores de todo o Brasil para atuar nas redes sociais e disseminar informação de qualidade – fatos reais – sobretudo via WhatsApp, sobre temas importantes e que se referem à vida de cada cidadão.

O objetivo é fortalecer a democracia combatendo um dos piores males surgidos nos últimos tempos, as fake news, que espalham mentiras, ódio e intolerância, que podem destruir democracias e levar o extremismo de direita ao poder.



Brigadistas: Somos o Brasil que trabalha

Cada um de nós pode e deve ser um brigadista e espalhar em nossas redes sociais os materiais produzidos pelo projeto Brigadas Digitais. Temos que disputar as redes, as mentes e os corações da sociedade, por meio da militância.

Os materiais disponíveis - imagens, textos, roteiros, charges, fotos - subsidiaram as postagens, com o caráter de mostrar à sociedade quem são os trabalhadores brasileiros e o que querem. O acesso pode ser feito pelo site brigadasdigitais.com.br.

O tema principal do projeto é “Somos o



Brasil que trabalha”, que se desdobra em vários aspectos, como “Somos o Brasil que constrói”, “Somos o Brasil que entrega”, “Somos o Brasil que ensina”, entre outros, alusivos às várias profissões.

Outra campanha já lançada é o “Brasil

que o Brasil quer”, que também traz desdobramentos. A ideia é apresentar o que almeja a sociedade em contraponto com situações que representam retrocessos. Uma das peças, por exemplo, diz “O Brasil quer verdade. Farsa nunca mais”.

Comitês de Luta em defesa da Classe Trabalhadora

As Brigadas Digitais atuam junto com os Comitês de Luta em defesa da Classe Trabalhadora, lançados em 22 de fevereiro, para mobilizar a sociedade na construção de um país melhor e mais justo, tendo como referência a conscientização sobre o que está acontecendo no Brasil – a inflação, a fome, o desemprego – e a solidariedade. Para o presidente da CUT, Sérgio Nobre, o desafio imediato é usar desde já os dois mecanismos – Brigadas e Comitês de Luta - para apoiar a população e combater a crise social vivida pelo país.

As “tragédias” também trazem oportunidades de luta e de diálogo com a sociedade sobre o que está acontecendo no país. Assim, **é importante que os comitês sejam criados nos locais de trabalho** e em outros espaços, como escolas, igrejas, associações etc. O Comitê é uma ponte de ligação para falar diretamente com o povo e mostrar o estrago que o governo Bolsonaro e o chamado livre mercado causa aos trabalhadores: desemprego e desalento.



A CNU convida a todos os urbanitários a se engajarem nas Brigadas Digitais e na formação de Comitês de Luta!

O projeto é a construção de um grande time pelo Brasil a fim de compartilhar essas informações e ideias - tanto sobre a culpa da realidade caótica que vivemos como esperança por um país melhor.



Paulo de Tarso,
presidente da CNU

CAMPANHA ELEITORAL

Paulo de Tarso, presidente da CNU, ressalta que em agosto começa a campanha eleitoral e a sociedade precisa entender o que está em disputa. “Vai ser um plebiscito entre o bolsonarismo e o setor democrático e progressista, e o povo precisa saber o que nós dirigentes e sindicalizados representamos, e qual projeto político

queremos de volta para o país”. Tarso explica ainda que “estamos vivendo a tragédia de 650 mil mortos, desemprego, fome e temos que mostrar que o país já foi outro, com inclusão social, pleno emprego e maior rede de proteção social do mundo”.

SINDICATOS FARÃO A DIFERENÇA NA RECONSTRUÇÃO DO PAÍS

É também papel dos sindicatos e dos movimentos sociais debater com a sociedade e as comunidades valores como união e solidariedade para reconstruir o país e combater o individualismo e a disseminação do ódio, que são pilares do governo de Jair Bolsonaro.

O movimento sindical tem responsabilidade, além de lutar por melhores condições de trabalho, potencializar a luta contra fome e por uma vida mais digna para todos os brasileiros.

9 DE ABRIL: FORA BOLSONARO!

URBANITÁRIOS VÃO AS RUAS CONTRA O DESGOVERNO QUE RETIRA DIREITOS, AUMENTA O CUSTO DE VIDA E JOGA A POPULAÇÃO NA MISÉRIA

As manifestações de rua contra o governo genocida e corrupto de Jair Bolsonaro começam uma nova jornada em 9 de abril, com atos nas principais cidades.

A CNU e a FNU estarão presentes participando ativamente através dos seus sindicatos filiados em todo país.

Paulo de Tarso, presidente da CNU, enfatiza que “vamos às ruas dialogar com a sociedade para impedir a continuidade do governo Bolsonaro, que retira direitos básicos da população, levando a fome a milhões com sua política recessiva, ao desemprego e a entrega do patrimônio público ao capital especulativo”.



RESISTÊNCIA AO PIOR GOVERNO DA HISTÓRIA

Há a necessidade de denunciarmos Bolsonaro e seus aliados como responsáveis pela crise econômica e social, jamais vista desde a redemocratização do país. O povo não aguenta mais os aumentos nas tarifas de energia, dos combustíveis e no gás de cozinha. O preço da gasolina dobrou em pouco mais de um ano. Isto tem impacto direto na vida das pessoas, gerando ainda mais inflação e o aumento dos preços dos alimentos.

**BOLSONARO É RESPONSÁVEL
PELA CARESTIA, PELA FOME E
PELO DESEMPREGO.**

**É HORA DE IR PARA A RUA,
BOLSONARO NUNCA MAIS**

**09/04
SÁBADO**

**DIA NACIONAL DE
MOBILIZAÇÃO**

BOLSONARO NUNCA MAIS!

CONTRA O AUMENTO DOS COMBUSTÍVEIS E DO GÁS, NÃO À FOME E AO DESEMPREGO!

PRIVATIZAR A ELETROBRAS É ACABAR COM A SOBERANIA ENERGÉTICA DO BRASIL

Imagine uma nação com dimensões continentais sem uma empresa estatal de geração e transmissão de energia, essa situação seria impossível na China, na Rússia e até mesmo nos EUA, onde o Exército é o responsável pelas usinas. No Brasil, o governo antipovo de Bolsonaro caminha na contramão e trabalha com afinco para entregar a Eletrobras ao capital estrangeiro e, desta forma, fragilizar ainda mais nossa soberania nacional.

A resistência a esse crime de lesa-pátria tem sido conduzida pela CNU, FNU, sindicatos e o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), com ações diárias sejam nas bases, nas redes sociais, no parlamento, greves e, no momento, pelas vias judiciais, com denúncias especialmente junto ao Tribunal de Contas da União, que já se manifestou contrário a uma série de irregularidades que constam no processo de privatização aprovado no



Senado.

Segundo especialistas na área de energia, a privatização da Eletrobras pode deixar graves sequelas, além de causar o aumento abusivo das tarifas por conta do processo de descotização das usinas da Eletrobras, vai deixar também um passivo de mais de R\$9,4 bilhões para os consumidores. Ou seja, o povo vai ser penalizado novamente.

Recentemente, os eletricitários encaminharam carta ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, cobrando uma

posição semelhante ao seu discurso recente, onde afirmou que uma empresa como a Petrobras não deve ter por natureza somente o lucro, mas também um compromisso social. O documento ressalta que a Eletrobras tem essa característica, com programas de cunho social como o Luz Para Todos e a defesa do Rio São Francisco, através da CHESF. Além da contribuição para o desenvolvimento econômico de todas as regiões do país, fato que ocorreu durante os governos Lula e Dilma.

Eletricitários apontam ao TCU graves irregularidades na modelagem da privatização da Eletrobras

Na luta jurídica junto ao TCU – Tribunal de Contas da União - para impedir a privatização do Sistema Eletrobras, farto material foi produzido pela Associação dos Empregados da Eletrobras apontando suas irregularidades. Segundo o diretor do Sintergia-RJ, da AEEL e CNU, Emanuel Mendes, “é preciso apontar todas as contradições nesse processo fraudulento de privatização, por isso, foi realizado um estudo detalhado. Nossa expectativa é que diante destes argumentos técnicos seja cancelada a privatização”, disse.

Nesse amplo documento destacam-se dois pontos:

1. Quebra de contrato: a população brasileira tinha o direito legal (Lei 12.783/2013) das cotas das usinas da Eletrobras até dezembro de 2042 - a energia mais barata do balanço energético das distribuidoras (descotização permitirá



lucros extraordinários para acionistas e tarifas estratosféricas para consumidores até 2042).

2. Risco real de desnacionalização do capital social da Eletrobras com regras da privatização: basta os acionistas estrangeiros (*fundos soberanos de países, fundos de investimento de porte global*

maior que o PIB de vários países, fundos de previdência de porte global, ações de instituições como banco popular da China, FMI, bancos japoneses que já tem ações da Eletrobras) chegarem a 10% do capital social, seguido de mais um acionista estrangeiro com uma ação com direito a voto.

SANEAMENTO VIRA ALVO DO CAPITAL ESTRANGEIRO

As companhias de saneamento vêm sofrendo um grande ataque do capital especulativo, tudo por conta das mudanças no marco regulatório no setor promovidas pelo desgoverno Bolsonaro e sua base no congresso nacional.

O controle da água é uma agenda central em todo mundo, a defesa deste bem essencial para a própria vida despertou nos governos a necessidade da sua reestatização em centenas de cidades de todos os continentes. No Brasil, o caminho é inverso, o desgoverno Bolsonaro, com apoio de muitos governadores, quer vender tudo para agradar ao capital financeiro.

Os sindicatos, a CNU e a FNU lutaram em todas as instâncias para barrar as mudanças no marco regulatório, que abriu as portas para a privatização do saneamento no país, através do enfraquecimento das empresas estaduais. Foram ações no Congresso, no Senado e no STF, mas infelizmente o poder financeiro derrotou as iniciativas do movimento sindical e das entidades associadas nessa luta.

Atualmente, o quadro é de resistência em praticamente em todos os estados. No RJ, a Cedae já foi privatizada em sua maior parte, e os sindicatos de base dos trabalhadores continuam na luta. Em outros estados existe um movimento dos governadores, até mesmo aqueles que se dizem mais à esquerda, no mesmo sentido: querem privatizar as empresas



públicas do setor. Hoje, Rio Grande do Sul e Bahia estão sob iminente ameaça. Na Bahia, inclusive, nos últimos dias, a Assembleia Legislativa votou projeto que abre caminho para privatizar a Embasa. Mas não há trégua em praticamente todos os estados e os sindicatos dos urbanitários, de cada estado, seguem na luta contra o processo da privatização de suas empresas estaduais.

Para as entidades sindicais o caminho é um só: a resistência.

Para buscar alternativas de lutas e

experiências internacionais a CNU e a FNU participaram de 22 a 25 de maio do FAMA – Fórum Alternativo Mundial da Água, realizado de forma presencial/virtual em Dakar, capital do Senegal, e também com atividades no Brasil. Esse fórum mostrou a importância de resistir ao processo de privatização da água, cruel pela sua característica de exclusão social aos mais pobres. O direito à água e ao saneamento é uma luta internacional das nações pobres e em vias de desenvolvimento, como o Brasil.

